

Governo prepara últimos detalhes do texto para reunião do comitê assessor

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

Uma nova reunião com o comitê assessor de bancos credores deve ser realizada em Nova York, a partir do final desta semana, tão logo esteja concluída a versão brasileira do "term-sheet" (protocolo) do acordo dos atrasados. Os técnicos do Banco Central estão trabalhando ativamente para aprontar a minuta da redação, já com as cláusulas jurídicas e operacionais, mas aguardam um posicionamento preliminar da comissão de economia do Senado Federal com relação aos aspectos econômico e financeiro do acordo acertado em princípio com os bancos.

A comissão de economia reúne-se nesta quinta-feira para uma discussão preliminar do documento enviado na semana passada, pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao presidente do Senado, senador Mauro Benevides: "vamos propor uma autorização prévia para que as negociações possam ter continuidade, nos termos do documento que recebemos", avaliou na sexta-feira para este jornal o presidente da comissão, senador Raimundo Lira. Para a instalação da comissão são necessárias as presenças de pelo menos 14 senadores, mas não deve haver votação formal nesta próxima sessão já que a idéia é respaldar os negociadores com um "sinal verde" informal do Senado. "Estamos traçando apenas um ritual para discutir o assunto e obter uma autorização prévia para os negociadores, na medida em que esta aprovação não tem consequências de responsabilidade financeira", explicou Lira.

TRAMITAÇÃO

Na verdade, apenas depois do "term-sheet" formalizado entre o Brasil e o comitê de bancos é que o texto será oficialmente encaminhado pelo presidente da República, Fernando Collor de Mello, ao Senado Federal. A partir daí vai obedecer aos caminhos previstos e o texto será primeiro analisado na comissão de economia para depois, se aprovado na comissão, ser levado à apreciação do plenário do Senado Federal. "Não há prazo para este trâmite", disse o senador, manifestando no entanto sua opinião pessoal no sentido de que "a tramitação deveria fluir com certa rapidez porque é fundamental o reingresso do País na comunidade financeira internacional."

É possível que o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, não viaje, pelo menos de início, com esta próxima missão que vai levar a Nova York os técnicos do departamento jurídico do Banco Central e da procuradoria jurídica da Fazenda Nacional. São vários os aspectos que ficarão pendentes de definição com o comitê assessor de bancos. Além das cláusulas jurídicas, há pontos importantes de caráter operacional a serem acertados. Um deles, por exemplo, é a data a partir da qual começará a ser contado o período de carência dos bônus dos juros atrasados.

O embaixador Dauster já deixou claro que os juros daqueles bônus, — conforme as opções colocadas para escolha dos bancos — começam a ser contabilizados desde o dia 1º de janeiro deste ano, embora seja necessário também definir em que data será efetuado o ajuste do pagamento dos juros que estão correndo.

A rigor, os bônus ainda não existem. Sua emissão vai depender de três fatos: a aprovação do acordo pelo Senado, precisa receber a adesão do universo mínimo (95% em termos de valor) de bancos credores e, finalmente, depende de um comprometimento do comitê com os termos de reestruturação do estoque da dívida de médio e longo prazos.

EXEMPLO

Apenas para efeito de visualização da forma que poderá tomar o cronograma de desembolso dos juros e principal daqueles bônus, este jornal desenvol-

Desembolso de

US\$ 136 milhões

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O Brasil havia desembolsado até quinta-feira da semana passada o pagamento de US\$ 136 milhões de juros e amortizações devidos aos bancos credores por mutuários do setor privado. A quantia equivale a 40% do total de certificados e a 55% em termos de valor do saldo daquela dívida, que desde janeiro está totalmente liberada do esquema de centralização cambial.

O valor de desembolsos cresce substancialmente com o pagamento da parcela de 30% de juros devidos por mutuários do setor público, a partir de janeiro. Dados do departamento de dívida externa do Banco Central (BC) mostram que até o último dia 18 o BC havia remetido para o exterior US\$ 431,6 milhões de juros. A parcela equivalente a 70% de US\$ 934,9 milhões ficou retida em depósito no BC.

Os valores remetidos equivalem a juros sobre recursos de principal que estão em depósito no BC, dentro dos termos Multi Year Deposit Facility Agreement (MYDFA) negociados em 1988. Não estão, portanto, incluídos os juros que não foram recolhidos em cruzeiros pelos mutuários finais inadimplentes e nem uma pequena quantia de juros referentes a projetos que estão fora do MYDFA e que envolvem operações fechadas em mercado.

veu um exercício supondo que o valor de emissão dos bônus atinja US\$ 6,5 bilhões (os números estão sendo conciliados, mas as estimativas do governo estão em torno dessa cifra), que o prazo de carência comece a contar a partir de março deste ano e que a taxa de juro da "Libor" (praticada no mercado interbancário de Londres) seja de 8,5% ao ano (a média dos últimos três anos) a partir do quarto ano, inclusive, na opção A, e a partir do sexto ano, inclusive, na opção B. Recorde-se que as opções são as seguintes:

A) Juro fixo nos primeiros três anos: 7,8125% no primeiro ano; 8,3750% no segundo e 8,7500% no terceiro. As taxas de risco estão incluídas nas taxas fixas de juros. A partir do quarto ano, vale a "Libor" de mercado mais "spread" de 0,8125%.

B) Taxas flutuantes com piso de 6% e tetos variáveis até o quinto ano na seguinte sequência: 7,2% no primeiro ano; 7,7% no segundo ano; e 8,2% ao ano para o terceiro, quarto e quinto anos. O teto não embute "spread" de 0,8125% que será cobrado, portanto, além do juro. A partir do sexto ano, vale a "Libor" de mercado mais 0,8125%.

Os cálculos do exercício abaixo já consideram o "spread" nos valores apurados para os pagamentos anuais de juros — quando couber "spread". Para facilitar, a incidência das taxas de juros foi calculada sobre o valor do principal previsto para cada ano específico. Pelo cronograma, o ano de 1999 apareceria como o mais pesado em termos de pagamento, com desembolso estimado em US\$ 1,6 bilhão de amortização (o valor está arredondado) e mais o pagamento de US\$ 225 milhões de juros.

Na tabela abaixo, a coluna da opção B está supondo que os juros serão pagos pelos tetos acordados no acordo de princípios, até o quinto ano de vida do papel.

Retificação

Na edição de sexta-feira (dia 19), na página 31, este jornal publicou uma matéria, cujo título era: "Missão do FMI em Brasília tenta montar carteira para ano fiscal de 1992". Na verdade, o título correto seria: "Missão do BIRD em Brasília tenta montar carteira para ano fiscal de 1992".

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DOS BÔNUS DOS ATRASADOS

(exercício preliminar) — US\$ milhões

Suposição: Bônus no valor de US\$ 6,5 bilhões

Ano	1º sem. Março	Amortização 2º sem. (Setembro)	Valor Principal	Juros (Ano)	
				1ª Opção (A)	2ª Opção (B)
1991			6.500,00	507,81	524,61
1992			6.500,00	544,38	557,37
1993			6.500,00	568,75	590,135
1994	65,00	65,00	6.370,00	597,60	578,33
1995	65,00	130,00	6.175,00	579,307	560,62
1996	130,00	130,00	5.915,00	554,915	554,915
1997	260,00	552,50	5.102,50	478,691	478,691
1998	552,50	552,50	3.998,50	375,119	375,119
1999	800,00	800,00	2.398,50	225,015	225,015
2000	800,00	800,00	800,00	74,91	74,91
2001					
(março)	800,00		—	35,68	35,68(só março)

Fonte: Banco Central